

Capítulo 4. Eco(logia): aprendendo a “olhar a árvore com a dimensão da floresta” (Frei Betto)

“A obra nasce da consciência ferida do escritor e se projeta ao mundo. Então, o ato de criação é um ato de solidariedade.”

Eduardo Galeano

De maneira semelhante à Pesquisa Social, que segundo Minayo, revela-se como “(...) uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (Minayo, 1993, p. 23), a pesquisa aqui apresentada pode ser entendida enquanto prática de investigação que combina às teorias as informações originadas do campo de pesquisa. Sendo assim, podemos nos apoiar em métodos de investigação da Pesquisa Social para propor instrumentos que nos auxiliarão nesta constante aproximação e conhecimento do objeto a ser estudado.

A interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados – situação constante nesta investigação – revela uma das características da pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (*op. cit.*) é a relação essencial nesta linha de investigação. Logo, o trabalho de campo é fundamental, pois “mostra homens engajados no seu próprio devir histórico e instalados em seu espaço geográfico concreto” (Lévi-Strauss *apud* Minayo, 1993: 106).

Três etapas que articulam método e instrumento formam a base da pesquisa. A primeira é entendida como o levantamento bibliográfico. É a fase em que se identificam os autores e os estudos que se aproximavam ao objeto deste estudo. O resultado desta etapa foi um rol de trabalhos que fazem a relação entre o conceito de subjetividade e o conceito de cidadania, delimitando, assim, conceitos a serem aplicados na terceira etapa da investigação, ou seja, a análise.

A segunda etapa são os métodos de investigação originária da Pesquisa Social, a saber: o diário de campo e a observação participante.

4.1 - Diário de campo

O diário de campo é um registro fiel e detalhado elaborado pela pesquisadora durante cada visita feita ao campo escolhido para a investigação. Muitas vezes as informações contidas no diário dão subsídios para a análise de dados coletados de outra forma. (Víctora, 2000)

A lógica de um diário de viagem deve ser mantida, ou seja, a pesquisadora escreveu sem restrições tudo o que ocorreu no campo. É um documento pessoal e bem diferente de um relatório de pesquisa.

Neste estudo a opção por diário de campo, ao mesmo tempo em que articula e cruza dados recolhidos em outras fontes, possibilitou a identificação de informações que escapam ao olhar.

4.2 – Observação Participante

A observação participante não é uma observação comum, mas direcionada para uma problemática previamente definida. O olhar e os sentidos do pesquisador são voltados para elementos que normalmente não receberiam a sua atenção. (Víctora, 2000)

A interação do pesquisador com o objeto de pesquisa é estimulada nesse tipo de técnica. Dessa interação nasce o conhecimento, ou seja, pesquisador e objeto tornam-se, no diálogo, não apenas co-autores na construção de um novo saber, como também responsáveis pela democrática utilização e validação desse conhecimento.

Além do treino da memória da pesquisadora, foi fundamental a delimitação de elementos que serviram para a produção das análises, a saber:

- Relação das pessoas com o espaço;
- Sequência dos eventos;
- As pessoas observadas entre si;
- As pessoas observadas com o observador;
- Vocabulário.

As situações expostas acima foram de suma importância durante o cruzamento das informações, pois a partir delas reduziram-se as dúvidas e os dados vitais tornaram-se mais claros.

Vale lembrar que, em uma pesquisa cujo objeto envolve sujeitos reunidos em um espaço de construção coletiva, a base dos dados é a realidade e a ação cotidiana do grupo. Assim, não apenas a interação, mas o consentimento é de suma importância. Benefícios e riscos são explicitados e a decisão de participar ou não do estudo fica a cargo de cada participante.

4.3 – Descrição do campo de pesquisa

Como campo de investigação desse estudo foi escolhido um grupo composto por trinta adolescentes moradores da favela Santa Marta, em Botafogo – Rio de Janeiro –, entre quatorze e dezessete anos, tanto do sexo masculino quanto do feminino. Os jovens integram a Sociedade de Educação e Promoção Social Grupo Eco.

Funcionando há 24 anos no morro Dona Marta, o Grupo ECO, cujo percurso se confunde com a própria história da localidade, é formado por moradores da favela Santa Marta e tem como propósito possibilitar aí um ambiente de reflexão e promover a prática continuada da cidadania. Para tanto, o “ECO” organiza uma série de ações que, a fim de lograrem êxito em sua execução, exigem, não só na elaboração, quanto na vivência das atividades propostas, o constante engajamento de seus integrantes, independente da faixa etária ou de qualquer outro papel social tradicional por eles assumido. Embora estivéssemos ainda presentes em outros espaços propiciados pelo Grupo, sobretudo quando desencadeados a partir do Projeto “Direito à Alegria”, motivos de ordem prática nos impeliram a concentrar nossa pesquisa nas atividades do que convencionamos denominar de espaço ECO/adolescente.

O ECO/adolescente é também uma das etapas do projeto “Direito à Alegria”, razão pela qual, antes de nos dedicarmos propriamente à exposição e à análise do material recolhido durante a nossa participação nas reuniões desse espaço, teceremos breves considerações acerca do referido projeto. Dentre os

inúmeros projetos que vem sendo encaminhados a partir da criação do Grupo ECO, o estágio curricular em psicologia comunitária da PUC/RJ tornou viável a nossa participação em algumas das atividades relacionadas ao “Direito à Alegria”.

Dividido em várias etapas, essa aposta gira em torno da realização de uma Colônia de Férias para trezentas crianças entre seis e doze anos, durante quinze dias. Agrupados por faixa etária, os “pequenos” participantes, que se beneficiam diretamente da mobilização do Grupo em prol desses momentos de alegria, são carinhosamente apelidados de “coloninhos” e, em grande número, são filhos de coloninhos do passado e/ou filhos daqueles que, ainda hoje, também fazem a Colônia de Férias ECO acontecer.

Além das crianças, essa atividade conta prontamente com cinquenta adultos e adolescentes da favela, que se dedicam voluntariamente e se dividem entre as tarefas de instruir cada uma das turmas formadas e coordenar a Colônia. Na realidade, essa experiência está fincada em sua própria tradição e é esta que dá a ela aquilo que lhe confere sustentabilidade: o necessário reconhecimento de todo o Santa Marta e a colaboração de algumas pessoas e entidades que não pertencem à localidade. Nesse caso, que dela nos falem as próprias vozes do morro. São,

“(…) vinte e três anos de uma experiência que garante às crianças do Morro de Santa Marta – Botafogo – RJ um direito que, ainda que previsto pelo ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ao longo dos últimos anos, é sistematicamente negado aos meninos e meninas das favelas da cidade.” (Projeto Colônia, 2002)

A cada ano, o Projeto “Direito à Alegria” é, como dissemos, uma aposta; um investimento que coloca na Colônia de Férias quase todas as suas fichas. A confiança depositada no esforço conjunto dos componentes do ECO ou, por extensão, no protagonismo daqueles que representam uma parcela dos que constituem as camadas da população menos privilegiadas economicamente, tem até agora alcançado sucesso. Desse modo, a Colônia de Férias “tornou-se uma das realizações mais sólidas do Grupo ECO” e tem como uma de suas finalidades básicas “(…) garantir a essas crianças a alegria que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera um direito seu”.

4.4 – Análise dos Dados

A análise dos dados seguiu a linha qualitativa. A tentativa de trazer a compreensão científica para a problemática eleita pelo estudo se deu através da *discussão* entre os temas originados das referências bibliográficas e os dados revelados a partir do diário de campo e da observação participante. Vale ressaltar que, quando se opta por um tratamento qualitativo dos dados, o pesquisador influencia a análise com sua *bagagem* de leitura e a sua experiência.

O exame das informações foi orientado a partir de categorias que emergiram do material empírico no momento da leitura e de categorias centrais evidenciadas a partir da bibliografia.

As categorias centrais, já enunciadas acima são: Subjetividade e Cidadania, e as categorias originadas do material empírico, memória e saber.

Optou-se, enfim, por expor a análise em formato de texto de forma que as informações e dados pudessem ser “capturados” livremente pelas categorias de análise.

4.4.1 - Considerações sobre o “Direito à Alegria”

Quando aqui nos propomos a falar do “direito à alegria”, o direito ao lazer evidentemente está contemplado (ainda mais quando sabemos que a sua fruição, mais especificamente para os habitantes das favelas cariocas, está comprometida). Lembremos que, ante a ameaça ao reconhecimento de sua própria dignidade, algumas camadas da população prudentemente restringem seus movimentos na cidade e renunciam parcialmente ao lazer ao qual todo cidadão tem direito. Observemos, ainda, que a consciência jamais é autônoma e, como na pesquisa que mencionamos (Sawaia, *op. cit.*), ela, não raro, revela seus fortes vínculos às condições materiais de existência. Na localidade da Santa Marta,

“a idéia da Colônia de Férias se originou em 1979, quando um dos componentes do Grupo ECO chamou a atenção para o fato de que as crianças do Morro não tinham direito à alegria nas férias escolares. De fato, como a maioria dos pais dessas crianças trabalha fora o dia inteiro, as crianças ficavam trancadas dentro dos barracos, uma vez que suas famílias preferiam deixá-las trancadas a permitir

que ficassem soltas pelo morro, expostas à violência da polícia e do crime organizado.” (Projeto Colônia, 2002)

O direito ao lazer, contudo, não se confunde com o “direito à alegria”. Seja porque esse não é o único direito para o qual se deve voltar a luta pelo exercício da cidadania em sua plenitude, seja porque é no próprio embate por melhores condições de existência que aqueles que se lançam a esse esforço oferecem a si a satisfação de que a vida vale a pena ser vivida. Planejar, organizar e avaliar em conjunto ações no sentido da promoção de atividades de lazer compõem parte de uma luta cidadã que se reforça no coletivo criado, não apenas por ir ao encontro de pelo menos um dos inúmeros anseios da população empobrecida, mas em adição, ao proporcionar o resgate da singularidade dos atores envolvidos, potencializa o alegre despertar para a vida e, com ele, a motivação para outros projetos. Assim sendo, a Colônia de Férias tem também como propósito

“(…) permitir aos organizadores e instrutores da Colônia uma outra alegria: a de saber que é possível uma experiência bem sucedida de organização popular que redunde em benefício da própria comunidade naquilo que constitui sua maior esperança: suas crianças.” (*ibidem*)

Sem dúvida, muitas vezes ser cidadão em nosso país pode ser um fardo, um estigma e um perigo, mas, seguramente, a “malandragem” não é a única alternativa diante dos entraves a que somos expostos. Próximo em alguma medida, mas freqüentemente longe da cidadania construída nos avanços da história política da Europa Ocidental, é possível que encontremos, respeitadas as nossas peculiaridades, outras formas do fazer-se cidadão. A experiência do Grupo ECO deixa a descoberto que somos portadores de uma consciência cívica diferente da mencionada por Da Matta (1997), e nela, pelos próprios desafios que nos são colocados, a alegria e a construção coletiva dão o tom.

A fim de que a autonomia que se pretende (e é demonstrada) durante esse processo de mobilização se evidencie, não seria preciso, a princípio, recusar nenhum auxílio que viesse do asfalto em prol da realização da Colônia. Em se tratando então de entidades públicas, cuja finalidade é a de gerir os bens e interesses pertencentes à coletividade em geral, não há porque, respeitando o protagonismo dos idealizadores da Colônia, não prever e destinar recursos a essa iniciativa. Mas, propostas como essa não parecem chamar a atenção de nossos

administradores. Será que eles acreditam que um ato administrativo nessa direção configuraria desvio de finalidade?

A piada só é possível porque encontra respaldo numa realidade nua e crua que, para nós, mantém sua virtualidade. Inverte-se o ditado: agora, se fosse trágico, não seria cômico. Não é o século XX, que segundo Kosik (*op. cit.*), procura se distanciar do trágico para reduzir a vida humana aos desastres do cotidiano? Não nos são atrativos os pequenos e diários incidentes que, enquanto não nos atingem podem ser explicados – e justificados –, por razões técnicas? Para tudo se tem uma boa causa, e a “causalidade” vai, assim, amolando as facas para tentar impedir que a vida ganhe a dimensão da criação coletiva, da experiência e da luta política. E à violência da polícia e do tráfico de drogas se soma uma outra: a que vai se tornando presente no dia a dia do brasileiro travestida de miséria...

É, “de boas intenções o inferno está cheio”. Está mesmo abarrotado de nossos burocratas (os servis, os lacaios), para os quais, dentro de uma visão de mundo que tudo simplifica, banaliza e atribui ínfima significação à morte do outro (e que dirá à vida!), torna-se quase impossível compreender a cidadania como pertencimento. Essa reflexão se torna ainda mais impensável quando a noção de pertencimento se amplia. Já tão fundamental ao distinguir a importância simbólica do lugar “comunitário”, ela adquire ainda mais valia quando reconhece que as propostas geradas nesse sistema relacional, no qual se agenciam subjetividades para o exercício cidadão de participação no poder, podem ganhar o espaço da cidade.

É amedrontador para o asfalto imaginar que a população da favela possa descer a ladeira sem que necessariamente o faça com o intuito de ser útil ao funcionamento das engrenagens capitalísticas que movem a cidade. Não é à toa que, embora o Grupo ECO já tenha feito inúmeras tentativas junto às secretarias do estado e do município, em particular as secretarias de educação, de desenvolvimento e de transporte, até agora os apoios recebidos para a Colônia de Férias tenham sido pontuais. A ameaça que o asfalto sente, nesse caso, à medida que obsta a execução dessa atividade, tem se transformado numa ameaça concreta à continuidade do “Direito à Alegria”. As eventuais ajudas jamais deram ensejo a um significativo reconhecimento público que tivesse como desdobramento um suporte contínuo e sólido dentro daquilo que o ECO considera como sendo:

“uma prática importante (,) não apenas pela própria organização e realização da colônia que constitui um exercício de cidadania (,) mas também porque, ao longo da colônia (,) as crianças e instrutores se deslocam e, ao conhecer, circular, desfrutar e cuidar de uma **cidade** que tantas vezes lhes é hostil, tornam essa mesma cidade física e simbolicamente sua.” (Projeto Colônia, 2002) (grifo nosso)

É importante destacar – por sua íntima relação com o Grupo ECO e com a Santa Marta – que, na consolidação desses apoios externos foi fundamental a contribuição do Padre Agostinho Castejón, desde o início da Colônia em 1979 até o seu falecimento em 1992. Ex-vice-reitor acadêmico da PUC-RJ, presidente da AEC do Brasil, assessor da CNBB e colaborador (dentre outras instituições e agências) do IBRADES e da FASE, o jesuíta, nas palavras do próprios integrantes do Grupo:

“(...) por sua personalidade, capacidade e iniciativa, foi um grande companheiro de sonhos e de trabalho (chegou a morar no Morro de Santa Marta) e um grande articulador de apoios financeiros para a Colônia. Sua morte deixou um grande vazio em nossas vidas e também a descoberto uma das funções que ele desempenhava com grande habilidade: a captação de recursos para a realização não só da Colônia de Férias, mas também de outros projetos por nós realizado com o apoio de entidades e agências nacionais (AEC, CARITAS) e internacionais (*Séjours Catholique*)” (*ibidem*)

Agostinho Castejón costumava dizer aos amigos do ECO que “a maioria dos milagres são possíveis através das nossas mãos e das nossas vontades”. A dificuldade de financiamento da Colônia de Férias face aos seus custos operacionais, torna a realização dessa atividade praticamente um “milagre” produzido, quase que exclusivamente, pelo empenho coletivo dos moradores da Santa Marta para se fazer cidade e na cidade. Não há, mais uma vez, motivos para acompanhar a suposição de Da Matta quanto à necessária fragilidade do cidadão brasileiro diante da falta de reconhecimento social. Como dizia Mario de Andrade “(...) de tudo quanto o povo faz, vem uma força, (...) que, em arte equivale ao que é a fé em religião; isso é que pode mudar o pouso das montanhas...”

Detalhemos um pouco mais o que a Colônia de Férias presume de trabalho e de entusiasmo para a sua implementação.

Aos domingos, os instrutores adultos e, sobretudo os jovens que já passaram pelo processo de formação do espaço ECO/adolescente, reúnem-se para

planejar e preparar essa atividade. São cinco as fases previstas no cronograma por eles estabelecido: a etapa de formação de novos instrutores, a de planejamento da Colônia, a de execução da Colônia e a de avaliação do processo. Além disso, na semana que antecede a realização da aguardada empreitada, todos os participantes do Grupo fazem um treinamento intensivo e, ao final do trabalho, durante um fim de semana inteiro fora do Rio de Janeiro, faz-se uma reunião de avaliação.

Vale ressaltar, que os adolescentes, após a sua formação, passam a se integrar aos momentos finais dessa organização. O entrelace entre teoria e prática torna-se mais claro nessa etapa, evidenciando que no ECO/adolescente a formação se dá na ação.

A partir do mês de maio tem início a preparação para novos instrutores. É a esta etapa que, mais adiante, iremos dedicar nossas análises.

4.4.2 - O Eco/adolescente

Acaso, nossa intensa participação nas reuniões preparatórias que ocorreram semanas antes da realização da Colônia de Férias pudesse ser considerada insuficiente para ilustrar nossas impressões sobre o Grupo ECO; se nos estafantes, mas divertidos quinze dias em que essa atividade aconteceu, nossa experiência de ter sido “instrutor” (e, por que não, um pouco “coloninho”), também não bastasse; a convivência no ECO/adolescente por um período bem maior certamente poderia nos ajudar nessa tarefa, a medida em que nossa narrativa conseguisse transportar mais facilmente o leitor para o cenário descrito.

A preparação de instrutores adolescentes para a colônia de férias contempla um curso de formação para a cidadania, contendo dinâmicas de grupo e temas eleitos pelos próprios jovens para discussão.

Em nosso¹ primeiro encontro com os adolescentes, o presidente do Grupo ECO², também coordenador deste momento de formação, acolheu-nos e nos apresentou aos jovens. Em seguida, nós nos apresentamos, enfatizando que tínhamos, nós e eles, objetivos semelhantes. No final daquele ano (2001), eu e Luis

¹ Esse estágio foi vivenciado em parceria com o aluno Luis André Bordini de Carvalho.

⁴ Esse trabalho de formação dos próximos instrutores da colônia de férias é coordenado aos sábados pelo presidente do Grupo ECO.

André, meu colega de estágio, teríamos nossa formatura na universidade; eles deixariam de ser “ex-coloninhos” para assumirem também a função de “instrutores da colônia de férias”. Para isso, todos nós, juntos, estávamos passando por um processo de formação. Fomos acolhidos com um sonoro “sejam bem-vindos” e os jovens nos chamavam a participar a todo o instante de todas as atividades. Sentimo-nos muito bem recebidos pelos meninos e meninas, mas, muitos sábados depois, quase ao término desta etapa do projeto, alguns deles revelaram o incômodo que nossa presença havia causado inicialmente.

Teríamos nós tropeçado em nosso próprio deslumbramento? Por que nos impedíramos de perceber que em nossa recepção no ECO/adolescente “nem tudo havia sido flores”? Esperávamos que a favela fosse um dos últimos recantos para uma vida mais solidária na cidade? Em nossa desbravadora aventura, idealizávamos lá encontrar o reduto de uma terra sem males, enquanto do asfalto muitos constroem uma imagem pejorativa do morro? No mesmo movimento de uns, que o consideram como o quisto da cidade, lugar da produção de vícios e crimes; e de outros, que a pretexto de denunciar as condições de vida dos “favelados”, concentram suas análises em referenciais exclusivamente de natureza econômica e destacam apenas as mazelas vividas por estes habitantes; teríamos também nós, no desejo de escapar da realidade da cidade em que vivemos, mascarado uma parte dela?

O coordenador, talvez porque fizesse as honras da apresentação e estivesse assim mais resguardado dos efeitos das emoções despertadas nesse primeiro contato, tratou de intermediar o encontro da melhor maneira possível. Como pede a sua posição de facilitador neste grupo, ele nos acolheu de uma maneira muito delicada, mas sem deixar de nos passar de forma transparente seu recado. Sem dúvida, o grupo ECO não fecha suas portas para as pessoas ou grupos que não pertencem à localidade, mas dessa relação seus integrantes se fazem sujeitos e não simplesmente objetos de pesquisa.

Após a emocionada leitura de um poema, o facilitador sugeriu que se fizessem comentários sobre o trecho que acabávamos de ouvir. Mas essa tarefa não era nada fácil. Se não fossem as breves e ainda tímidas palavras de dois dos meninos, somente o silêncio teria falado por si só. O “ir ao encontro do outro, não para colonizá-lo, mas para humanizar-se” (ator 1), foi a primeira lição recebida em minha passagem pelo grupo.

Se não fossem as breves e ainda tímidas palavras de dois dos meninos, somente o silêncio teria falado por si só.

Ao final da reunião, fizemos a dinâmica que vem a ser o título desta dissertação “Olho no Mundo, Olho no Outro, Olho em Você”. O grupo em roda, tendo cada um dos participantes a mão esquerda fechada e a direita livre para seguir às instruções dadas, deveria obedecer às palavras de ordem de quem se propôs a dirigir a dinâmica. Ao ser dito “olho no mundo”, todos teriam que apontar para frente. No “olho no outro”, cabia a cada um colocar sua mão direita no punho esquerdo de quem estava ao seu lado direito. E, no “olho em você”, cada participante devia colocar sua mão direita sobre o seu próprio punho esquerdo.

No sábado seguinte, aprendemos um pouco sobre a “História do Morro”. O coordenador começou a contar a história da Santa Marta a partir de seus primórdios, quando do povoamento do morro na década de 40. Sua exposição foi permeada por fotos antigas e uma foto ampliada do morro retratando-o quando as casas ainda eram de madeira. Falou-nos também das dificuldades dessa época: falta de água, luz, coleta de lixo, acessos.

Foi pedido aos adolescentes que levassem fotos do morro e fizessem uma entrevista com os moradores antigos. Eu e meu colega de estágio ficamos muito impressionados não somente com a capacidade dos jovens de entender o que chamamos na academia de “metodologias de entrevista”, como também com a habilidade do coordenador para, aproveitando o saber adquirido cotidianamente pelos adolescentes, tornar a proposta fácil de ser compreendida. Mas o que mais chamava nossa atenção é que a narrativa parecia ganhar vida própria com os relatos que iam se somando dos adolescentes. A cena era revivida porque todo mundo ali tinha uma história para contar, ou por ouvir dizer, ou porque por ela havia passado. Existia um passado se atualizando naquelas falas; havia afeto...

Ao término da reunião conversamos com o coordenador sobre sua sobrecarga de trabalho. Ficou combinado que poderíamos preparar e coordenar os temas seguintes.

A história da Santa Marta continuou a ser contada no encontro posterior. Os personagens que ajudaram na construção dessa história foram destacados. Na realidade, ao narrar essa história, o coordenador e inseriu e contou a história de cada um dos moradores que participou, mais efetivamente, na construção da

localidade – Pe. Veloso, D. Helder Câmara, Cocota, Pe. Agostinho, Dedé, entre outros –. Ficou nítido, pelo que fora dito e pelos sentimentos partilhados, que, dentre os personagens que o morro tem, cada um daqueles adolescentes também tem a sua história na “comunidade” e deve assumir seu compromisso nessa construção.

No sábado seguinte o tema do encontro foi a “História do ECO”. Este dia foi bastante importante: pela primeira vez, eu e Luis André elaboramos o andamento da reunião e conduzimos o desenrolar do dia³.

Começamos com a dinâmica do barbante. Ao som d’“A banda do Zé Pretinho”, um rolo de barbante foi passado de mão em mão. Ao segurá-lo, o participante tinha que amarrar um pedaço em seu próprio corpo e dizer o que queria saber mais sobre o ECO. Quando o jogava para outra pessoa pronunciava seu nome.

Essa dinâmica nos deixou um pouco angustiados. Tínhamos chegado à conclusão de que ela não havia se desenrolado dentro do que esperávamos. A idéia de “rede” não ficou tão explícita, embora um dos adolescentes tenha dito que o desenho que se formara era o de uma teia.

(Socorremo-nos no coordenador ao final da reunião. Dele recebemos, com carinho o lembrete de que nem sempre as coisas acontecem como o planejado num grupo. E acrescentamos: planejado pelo dito “especialista”. Na verdade, outras questões haviam surgido, suscitando a reflexão e introduzindo outras lógicas. O que é o “planejado” senão aquilo do nosso próprio olhar que queremos que o outro aceite como seu? Além disso, aprendemos que a academia, com seus métodos e fundamentos prontos, não garante ao futuro profissional nenhuma certeza de “sucesso”. E deveria garantir? É realmente o contato com o saber popular na “práxis”, o melhor dos ensinamentos.)

Em seguida, o coordenador contou a história do grupo. Partindo do que cada um gostaria de saber, ele iniciou sua narrativa pelo ano de 1976. Nesse momento de abertura política pelo qual atravessava nosso país, um grupo de jovens participantes do Movimento Negro Unificado e da Pastoral de Favelas resolveu fundar o Jornal ECO. O grupo cresceu, desenvolvendo diversas atividades na Comunidade (dentre elas: a Colônia de Férias, a 1ª Festa Junina...) e,

³ O coordenador aceitou de pronto nossas atividades para aquele dia, acrescentando comentários bastante pertinentes que propiciaram alguns acertos.

assumindo seu papel de liderança na condução do movimento cultural e de cidadania no morro, foi abrindo novas frentes de atuação (na Associação de Moradores, na democratização do fornecimento de luz, etc...).

No dia dois de junho, o tema escolhido foi “Cultura do Eco”. Esta reunião estava intimamente ligada com a anterior e para dar início a ela, tentamos fazer uma correlação entre “história”, “cultura” e “símbolo”. Resgatando uma fala de discussões passadas, partimos do pressuposto de que o que podemos entender por cultura é a reunião de “pedaços de várias histórias”, a fim de traduzir um “jeito de compreender o mundo” (símbolo) (ator 1). Para exemplificar a definição criada, mostramos alguns artefatos indígenas do Pará.

Os meninos e meninas ficaram curiosíssimos. O coordenador aproveitou essa elaboração “teórica” e relacionando símbolo e identidade animou, em seguida, a “Dinâmica da Bandeira”. Inicialmente, cada um recebeu um papel com uma bandeira desenhada, dividida em seis partes. Em cada uma das partes deveríamos desenhar, preferencialmente através de um símbolo, o seguinte: 1º “o que mais gosta de fazer”; 2º “o que gostaria de mudar em você”; 3º “que pessoa você mais admira”; 4º “o que você acha que já fez de melhor”; 5º “o que você mais acha importante na sua vida”; 6º “o que pode atrapalhar a caminhada de um grupo”.

Divididos em cinco (sub)grupos, as pessoas “trocaram figurinhas” sobre suas bandeiras. Posteriormente, as bandeiras foram unidas e os subgrupos construíram suas bandeiras e as expuseram aos demais. Ao final, com a colagem de todas as bandeiras foi formada a bandeira do Grupo ECO/Adolescente.

Fazer a bandeira do grupo fez com que os adolescentes se conhecessem melhor e percebessem a importância de se integrarem a uma possível proposta coletiva.

Para o tema “Anatomia do homem e da mulher”, convidamos uma enfermeira com experiência em Educação em Saúde para animar a discussão.

Para começar, Luiz André coordenou a “Dinâmica das Cadeiras”. Num primeiro momento, fizemos a dança da cadeira tradicional de nossos festejos folclóricos. Num segundo, mesmo os participantes da brincadeira que não conseguiam se sentar permaneciam na “disputa” e apenas as cadeiras eram retiradas. Ouvindo um repertório musical de muito samba e “Chico Ciente e Mangue Beat”, aqueles que não encontravam cadeiras vagas acabavam se sentando no colo dos outros, formando-se, por fim, uma grande montanha humana.

A idéia era a de que a experiência da brincadeira pudesse ser retomada na discussão sobre sexualidade.

Os adolescentes foram apresentados à “especialista”, ressaltando-se que cada um deles possui saber sobre si mesmo. O grupo foi subdividido por ela em três subgrupos. Os adolescentes do subgrupo “A” tiveram que esculpir a “anatomia interna da mulher”; do subgrupo “B”, a “anatomia externa da mulher”; e do subgrupo “C”, a “anatomia externa do homem”.

Em seguida, na grande roda, cada subgrupo apresentou seus trabalhos e, com a assessoria da convidada, as questões suscitadas foram sendo respondidas em grupo.

A “Ecologia” foi igualmente motivo de assunto no ECO/adolescente. Com o auxílio de fichas coloridas os jovens iam se expressando e construindo conhecimento coletivamente. Na ficha amarela recebida, cada um deveria escrever “o que sabe sobre o tema”. Na laranja, “o que eu gostaria de saber mais”, e, na verde, “o que eu posso fazer”.

Após o levantamento das questões, o grupo traçou um paralelo entre ecologia/natureza e ecologia/meio ambiente. Os adolescentes “gostariam de saber mais” o que é ecologia e meio ambiente, como surgiu a palavra ecologia, por que ecologia e meio ambiente estão tão ligados às nossas vidas, o que devemos fazer para não destruir o meio ambiente, porque as queimadas prejudicam o solo e tiram a sua fertilidade e qual a fórmula para a harmonia entre homem e natureza. Em relação ao que “eu posso fazer”, as respostas surgidas no dia foram: “preservar a natureza e o meio ambiente”, “ajudar em alguma coisa para limpar a cidade”, “proteger as florestas e evitar as queimadas”, “plantar árvores, plantas e cuidar delas”, “não desmatar”, “não jogar lixo em qualquer lugar”, “pedir aos amigos que também não joguem lixo”, e “cada um deve fazer a sua parte”.

Em reunião posterior, foi feita uma discussão de propostas de encaminhamento para a preservação do meio ambiente e a problemática do lixo no morro, considerando-se o que já havia sido suscitado pelo grupo quanto à inoperância de uma política em relação ao lixo, principalmente nas favelas, e em particular na Santa Marta. Nesse debate, ficou nítida a busca por soluções que não somente englobem a reivindicação por ações governamentais, como também a participação da sociedade civil organizada no controle dessas ações e, sobretudo, na elaboração de políticas públicas que respeitem os anseios da localidade. Os

adolescentes percebem que deve ser dada importância às questões do cotidiano do lugar e da cidade para a formulação de propostas.

Como combinado, no sábado seguinte fomos ao cinema. O cinema não honrou com o compromisso firmado via fax em relação à reserva dos lugares para o filme escolhido – *Bicho de Sete Cabeças*. Apesar da decepção, “Não foi nesse filme que nós votamos.” (ator 2), alguns adolescentes sugeriram alternativas viáveis para o momento – “Vamos assistir ao filme votado em segundo lugar” (ator 3) – e demonstraram sua liderança. A solução encontrada para o impasse procurou respeitar os encaminhamentos propostos no grupo – legalidade. Assistimos ao filme *Copacabana* e fomos fazer um lanche. O filme foi pago pelo caixa do grupo, inclusive os meus ingressos e os do Luiz André. Para o lanche, cada um recebeu uma cota de seis reais, mas eu e o Luiz André não nos sentimos à vontade para que o Grupo pagasse nosso lanche. Quanto aos jovens, foi interessante observar que o coordenador não paternalizou aqueles que queriam o lanche de seis reais e vinte centavos. Vinte centavos foi o que cada um tinha que dar de si.

Uma semana depois, debatemos sobre “Drogas”. Na impossibilidade de assistirmos juntos, no sábado anterior, ao filme que fora escolhido para introduzir essa discussão, tomei a iniciativa de fazê-lo. *Bicho de Sete Cabeças* não tinha propriamente como enfoque principal o tema que o grupo havia elegido, mas a problemática da institucionalização nos hospitais psiquiátricos. O elo de ligação entre o filme aonde o protagonista de fato fazia uso de drogas e o tema escolhido nos pareceu ser a idéia de diálogo. Organizamos a reunião tomando esse eixo para reflexão.

Inicialmente, pedimos que quatro voluntários formassem um círculo de modo que se dispusessem em cruz (de frente dois a dois) e deixassem espaço no centro da roda para o animador da dinâmica e para uma cadeira. Posicionando-se entre um dos voluntários e a cadeira, ele perguntava aos adolescentes: “para você, eu estou à frente, ao lado esquerdo, ao lado direito, ou atrás da cadeira? Após a resposta, o animador girava em torno de seu próprio eixo, sem sair do lugar e se voltava para outro voluntário, fazendo as mesmas perguntas. Obviamente, embora ele não tivesse saído do lugar, cada um os participantes o via em uma posição diferente.

Feita a dinâmica, o grupo se dividiu em subgrupos. Pedimos para que cada subgrupo conversasse sobre a dinâmica e, se fosse possível, fizesse uma relação dela com a expressão “tornar diálogo”.

Chegamos à conclusão de que cada um de nós olha o mundo, olha o outro e a si próprio de uma maneira bastante peculiar, mas isso só é possível se, abertos ao diálogo, estivermos atentos a outras formas de compreensão. A realidade depende do ponto de vista de quem a observa, tornando-nos singular, mas isso não vai de encontro à perspectiva de que ela é construída pelo entremear de múltiplas relações pautadas na tolerância.

No sábado que se seguiu, fomos mais uma vez ao cinema, e, agora sim, assistir ao filme *Bicho de Sete Cabeças*. Do cinema voltamos para a sede do grupo para, numa espécie de banquete⁴, dialogarmos sobre o filme. A não ser o próprio debate, não havia nada previamente estipulado para a dinâmica do dia, de modo que as opiniões se sucederam livremente e as emoções foram menos contidas.

Com as conclusões da reunião anterior ainda vivas na memória, conversamos sobre a posição assumida por cada um dos personagens da estória, sobre as dificuldades no entendimento entre pais e filhos e a importância do papel dos filhos no questionamento de seus próprios pais. Debates ainda sobre drogas lícitas e sobre o uso e a possibilidade de descriminalização de drogas ilícitas.

Vimos as diferenças existentes entre o uso de drogas feito por um jovem “do asfalto”, de classe média, e um jovem morador “do morro”. Evidentemente que eu e o Luiz André, ainda estudantes universitários na ocasião, fomos apanhados como exemplo. Na favela, a questão dos malefícios neurobiológicos causados pelo uso de substâncias ilícitas se torna uma questão menor diante das consequências sociais que esse ato pode vir a ter. “Fumar” na favela significa ser confundido com o tráfico.

Apesar disso, mais uma vez nos surpreendemos com o grupo. Mesmo, após esclarecermos a diferença entre descriminalizar e legalizar, poucos, incluindo-se aí a opinião do próprio coordenador, foram favoráveis à descriminalização das drogas.

⁴ É certo que eu e Luiz André levamos para o lanche apenas refrigerantes, cachorros-quentes e a sua famosa “torta bicicleta”, mas..., como a referência é apenas ao banquete de idéias...

De fato, a despeito do que possa pensar a opinião pública, as leis da e na favela são mais rígidas.

Quando “Nossos direitos” foi o assunto do dia, pedimos aos meninos e meninas que, divididos em quatro subgrupos, discutissem sobre as seguintes frases: “Disciplina é liberdade.”; “Advogado de pobre é intrujão.”; “Dar a cada um o que é seu.”; “O meu direito termina, quando começa o do outro.”.

A desigualdade social presente, como vimos na abordagem de Walzer (1999) inviabilizando a tolerância, apareceu quando os adolescentes se voltaram para a realidade que vivem na cidade grande. Em suas revoltadas e questionadoras palavras:

“Se mata um mendigo na rua, paga fiança. Se rouba para comer, é preso.”
(ator 4)

“Quando o direito termina? E quando começa? O do rico nunca termina, e o do pobre, o do preto nunca começa.”
(ator 5)

“Quantas vezes eu já fui ao mercado, e o guarda veio me abordar.”
(ator 6)

“As pessoas do morro tem mais disciplina que liberdade, e o pessoal de lá de baixo...”
(ator 7)

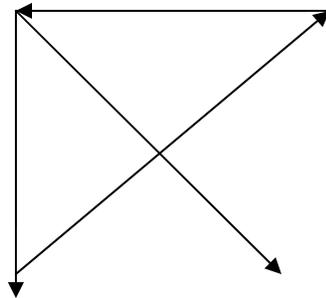
Ainda nessa reunião fizemos a “dinâmica dos nove pontos”. Foi dada a seguinte instrução: “percorrer todos os nove pontos com apenas quatro linhas, devendo não tirar a caneta do papel e não passar pelo mesmo ponto mais de uma vez”. Cada adolescente copiou da lousa o seguinte desenho.

• • •
• • •
• • •

A princípio os jovens mantiveram-se bastante concentrados. A cada minuto o exercício proposto parecia quase impossível. E quanto mais ele parecia impossível, mais se tornava desafiador. Alguns viravam seu papel de um lado para o outro, frente e verso, de cima para baixo, como que decifrando um enigma. Realizar aquela tarefa tornara-se “uma questão de honra” (ator 8).

A paciência fora se esgotando e a motivação para desempenhar sozinho aquela atividade, diminuindo. Uns chatearam-se e desistiram; outros ainda resmungaram o já conhecido “não tem jeito” (ator 9). Muitos começaram a tentar resolver o problema com o colega mais próximo. Três mais exaltados se levantavam, encaminhavam-se até o quadro de giz e tentavam aglutinar o grupo inteiro para uma solução conjunta.

Instaurado o tumulto, não era possível dizer a resposta de maneira audível. Eles próprios pediam silêncio. Aos poucos a euforia foi dando novamente lugar a atenção. Eis o desenho da resolução sugerida para o problema.



Na discussão a respeito da dinâmica, chegamos à conclusão de que muitas vezes impomos obstáculos à nossa capacidade de buscar soluções criativas e possíveis aos nossos problemas do dia-a-dia, aparentem eles ser mais pessoais e/ou decorrentes de nossa convivência na cidade em que vivemos. Certas frases ficaram marcadas:

“As retas muitas vezes não são suficientes”
(ator 10)

“Às vezes é preciso ir além dos obstáculos”⁵
(ator 11)

“Não se pode entregar os pontos”
(ator 9)

“É necessário tentar mudar as regras do jogo”⁶

⁵ Esses limites podem ser aqueles que impomos à nossa própria criatividade, já que não fora dito, como norma da dinâmica, que as linhas a serem traçadas deveriam ficar circunscritas ao quadrado imaginariamente formado pelos nove pontos.

(ator 10)

O Direito não “é”, ele “vem a ser”. A justiça é Justiça Social, antes de tudo, ou seja, atualização dos princípios condutores, emergindo nas lutas sociais, para levar à criação de uma sociedade menos desigual. Nunca se pode aferir a justiça em abstrato, e, sim, concretamente, pois as quotas de libertação acham-se no processo histórico: uma ordenação se nega para que outra a substitua no cenário libertador.

Após o tema “Nossos Direitos” veio a discussão sobre “Liberdade”. Resolvemos fazer uma costura entre os temas já debatidos (sobretudo direito, história e cultura) e introduzir o próximo que estava por vir (“Preconceito”).

Decidimos facilitar o debate a partir de duas estórias. Luiz André contaria a de Carukango – líder moçambicano que liderou um quilombo no norte fluminense⁷ – e eu, obviamente, retornaria aos gregos, mais precisamente ao momento do surgimento dos guerreiros.

Vimos que quando se faz história se recolhem pedaços; operamos num mecanismo de seleção. Nesse sentido a história não existe em si mesma; existem os historiadores, ou seja, aqueles que fazem falar novas fontes, colocam em cena outros saberes. Mais do que nunca, no mundo em que vivemos, tornar diálogo é fundamental.

Viajamos até a Grécia, por volta do século VIII a. C., onde a palavra diálogo surge rompendo o poder da sociedade dos palácios. Posta em questão no centro, ao qual os gregos denominavam ‘*mesoi*’, não impede o combate, para além das diferenças, (já que não transforma as diferenças em desigualdade).

O centro torna público e forma comunidade, pois esvazia a palavra eficaz (mágico-religiosa) com todos os atributos de poder que esta pode concentrar. É assim que nos dispúnhamos (especialmente) todos os sábados. Como na democracia grega, temos direito à palavra. E o que move os seres humanos é também a sua capacidade de debater.

⁶ É bom que se realce para o leitor mais desavisado, que jamais foi dito pelos adolescentes que as normas devem ser desrespeitadas. Até porquê, na favela a lei assume sua face mais rigorosa. O que o adolescente pretendeu ilustrar com sua fala foi que no momento da feitura da lei se busque encontrar uma perspectiva mais igualitária.

⁷ Coincidentemente, foi também do norte fluminense que imigraram para o morro Dona Marta os primeiros moradores.

Seremos nós guerreiros? O guerreiro não é aquele que faz apenas os feitos, ele fala. Ou melhor, ele está inscrito no espaço das ações e das palavras, no espaço político. Cabe a ele a ação política do dia-a-dia de recriar.

O consenso é a morte e a democracia, combate. Mas, “de que combate estamos falando?”

Após a discussão, demos a cada um deles um pedaço de papel e alguns lápis de cores e sugerimos que, durante a narrativa sobre Carukango, os adolescentes buscassem ilustrar a história com o que lhes viesse à cabeça.

Se fosse possível resumir o que foi dito a partir dos desenhos, “indignação” e “reação” teriam sido as palavras-chaves desse dia.

“Preconceito” foi o tema seguinte. Escolhemos para essa reunião quadro músicas do grupo musical “Pedro Luis e a Parede”.

Iniciamos o encontro dançando um “rap” numa grande roda. Pedimos que um voluntário dançasse no centro da roda e que nós todos o imitássemos. Por iniciativa do grupo, a cada momento um liderava a dança.

Posteriormente, subdividimos-nos em grupos menores. Cada subgrupo recebeu uma letra de música para facilitar a conversa sobre o tema. Vejamos alguns relatos que foram partilhados, em seguida, com o grupo novamente reunido:

“– O sol desperta a cidade e o povo acorda junto com o sol para sair para o trabalho, se misturando nas ruas, se comunicando; mas alguns estão fora dessa multidão (várias raças, vários jeitos de ser) que se mistura. Pré-conceito. No Brasil é escondido. Assim é difícil conversar sobre o assunto. Em outros países é na cara de madeira. Comunicação, relação social, podemos ser um pouco mais líderes, tentando ajudar uns aos outros.”

(Grupo 1, música “Cidade em Movimento”)

“– ‘Aê meu primo’ é chamar, convocar uma pessoa próxima, mas o refrão dá idéia que tá chamando para dar as mãos e ir fazer uma ciranda. Fizemos uma letra também: Aê meu primo/ Acorda p’rá vida/ olha para o mundo/ Das drogas, da política/ Vamos pôr o pé no chão/ E mudar nossa nação”.

(Grupo 2, música “Aê meu primo”)

“– Nós achamos que esta música quer dizer que a realidade no país é a mesma coisa e nunca muda e que sempre vai ter um querendo ser melhor do que o outro e

acaba esquecendo que um precisa do outro. Mas que essa diferença e preconceito precisa mudar. E o cara que fez essa música tem esperança de que apareçam pessoas que mudem no sentido de ajudar, incentivar e fazer sua parte para que todos possam se espelhar e fazer com que a sociedade mude para melhor e enxergue as coisas de outra maneira e que isso possa ser uma realidade democrática e de igualdade na humanidade e se isso acontecer teremos um mundo melhor. Não importa a classe, a cor, a religião, nem o gosto, mas o que importa é que somos todos iguais. Moral: nada muda se você não mudar.”

(Grupo 3)

4.4.2- Singularidade e pertencimento: construindo sujeitos coletivos de direito

“Subjetividades Singulares são compreendidas como (...) uma singularização existencial, que coincide com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos.”

Cecília Coimbra

Todas os encontros dessa etapa do Projeto “Direito à Alegria” constroem para nós o desenho daquilo que queremos transmitir nessas linhas. Num processo democrático e descentralizado, que resgata o princípio da cultura e respeita a diferença e a autonomia de cada ator envolvido, o movimento de reconstrução da história agencia enunciados singulares em um único sujeito coletivo de direitos.

Contudo, particularmente, os cinco primeiros sábados relatados evidenciam as análises desse tópico. Recordemos que “História do Morro”, “História do ECO” e “Cultura do ECO” foram os temas sugeridos pelos adolescentes para dar início à sua jornada de formação. O resgate da memória, situação estimulada pelo coordenador e vivenciada pelo grupo, possibilita que os sentimentos aflorados sejam partilhados pelos participantes com a localidade. Cria-se vínculo entre cada integrante e entre o grupo e o Santa Marta.

O Grupo, a partir do resgate de sua memória e da própria história da Comunidade, consegue re-alimentar-se e se constituir como resistência e referência a um projeto coletivo mais amplo. Se no início de sua formação, os

poucos moradores do morro Dona Marta se escondiam por entre as árvores que cobriam aquele acidente geográfico, hoje cada um da localidade Santa Marta, que integra o Grupo, sabe a importância de “fazer ecoar as suas idéias” (ator 1). Se a favela inicialmente não existia para a cidade, e desta recebera um nome, hoje ela toma para si a tarefa de “escrever sua história, mas com a responsabilidade de recuperar sua memória”: “a história que passou, seja ela boa ou ruim, precisa ser resgatada, como alimento para seguir em frente” (ator 1).

É a ecologia humana, que dos pedaços de várias histórias vai criando seu jeito de compreender o mundo, a partir da perspectiva de uma outra narrativa. Uma narrativa outra que faz do descobrir, do aprender junto, um descobrir-se.

No cerne da proposta trabalhada pela Psicologia Social, de reconhecimento da capacidade das comunidades de sua auto-organização e de autodeterminação no contexto de uma comunidade política criativa, está tanto a possibilidade do sujeito de reinventar seu nome e resgatar sua autoria, como o de contribuir na criação de uma sociedade menos desigual.

Nosso interesse pelo discurso do outro enquanto trabalhadores do social, se não quer jamais ser instrumento de reforço dos sistemas de produção da “subjetividade dominante”, deve ser capaz de investir nas várias “cartografias”, nos diversos modos de organização do cotidiano que, ao longo de nossa história, sempre foram desqualificados. Agenciar coletivamente os enunciados, resgatando as múltiplas experiências das populações marginalizadas, é encorajar a manifestação de pontos de singularidade. Investir nas próprias raízes produtoras da subjetividade em sua pluralidade, implicando a produção de um saber em “rede” dentro do coletivo, é fomentar os processos de “auto-análise” e “autogestão”. (Guatarri e Rolnik, 1999 e Baremlitt, 1992)

4.4.3 - A formação como lugar do encontro

“Educação é um ato comunitário: ninguém educa ninguém. Ninguém se educa sozinho. Nós nos educamos em comunidade.”

Paulo Freire

As reuniões relatadas exemplificam bem a idéia de que a formação deve ser encarada como lugar do encontro, da possibilidade do múltiplo. Dentro desse enfoque, qual seria o papel do especialista na constituição de sujeitos?

Tomo este estudo, essa ECO(logia), como um aprendizado. Um alerta para que nós, psicólogos, façamos desde já uma análise de nossos próprios determinantes pessoais. O que nos afeta, o que nos apaixona, o que nos remete a estabelecer compromissos. De fato, se *“a história de vida se entrelaça com a história profissional”* (Monteiro, 2001, notas de aula), *“o que me causa e qual é a minha causa”* (Naves, notas de aula) enfim, tudo que está em jogo precisa ser mais bem compreendido a fim de que nos lancemos de maneira **ética** em nossa atuação profissional.

Sim, devemos lançarmo-nos de maneira **ética**. Não pretendo que seja segura ou impassível de enganos, pois nem sempre as teorias aprendidas darão o suporte necessário à nossa investida. Parece uma contradição? Não, não é.

Vimos que Foucault nos ajuda, convidando-nos a refletir sobre os intelectuais em seus agenciamentos com o poder. No rastro das reflexões deste autor, o que já podemos afirmar acerca do poder é que ele fundamentalmente opera totalizações. E a única maneira de denunciá-lo em suas instâncias mais recônditas é através dos instrumentos de uma ciência que se constrói no próprio processo de lutas contra ele. Ou seja, qualquer teoria que se coloque a serviço de uma causa revolucionária já se constitui numa ação, não em torno de uma única verdade, mas que define suas estratégias (alvos, métodos, lugares, etc.) e incorpora todos os anseios e incentiva o protagonismo daqueles sobre quem o poder se exerce.

O profissional de psicologia é chamado a intervir de maneira ética⁸, tanto em relação àquele que “espera” dele uma atuação técnica, quanto em função do seu papel social.⁹ Certamente essas também são preocupações que inspiraram a elaboração de nosso atual Código de Ética Profissional.

O Código de Ética Profissional, alterado em 15 de agosto de 1987, apresenta dois aspectos: o da realidade e o do desejo. Nosso Código de Ética não apenas “indica” normativamente os caminhos (comportamentos e ações) para a solução de problemas surgidos no cotidiano da prática do psicólogo, como convida¹⁰ os profissionais da área a estarem atentos à “cidade”¹¹. “É esta ética que fará do psicólogo um profissional engajado social e politicamente no mundo, e não um profissional a serviço exclusivo do indivíduo.” (Código de Ética)

Assim, dentro dessa perspectiva, não há por que o psicólogo desconsiderar que o “sujeito-alvo” de seu atendimento, como ele, também faz parte de uma realidade em constante transformação¹². Em função das mudanças (tecnológicas, econômicas, ...) um novo sujeito – ser de relação e sempre à procura de sua significação – a cada dia busca ser escutado¹³. Mas de que maneira?

O agir permanente dos que fazem psicologia deve atender a essas duas dimensões apontadas pelo Código de Ética. Em linhas gerais elas podem ser estudadas no capítulo referente aos Princípios Fundamentais.

Ressaltamos a importância de uma escuta que não precede a definições, ou não fornece modelos ideais. De um olhar que, no conflito, nem faça enquadres ou

⁸ Nesse sentido, como veremos, o Código de Ética vai ao encontro daqueles que buscam inspirações, conselhos e normas de conduta para o seu “bom” exercício profissional.

⁹ A esse respeito, encontramos a seguinte afirmação na exposição de motivos de nosso Código de Ética: “a psicologia é uma preocupação com o amanhã do indivíduo, dos grupos e da sociedade, na procura do bem-estar e da saúde, como respostas do organismo às exigências da vida como um todo.”

¹⁰ Mais do que ser uma resposta, (...) “ele é um apelo”. (Código de Ética, Exposição de motivos)

¹¹ O atual Código de Ética, nos dizeres de seu próprio texto, “encarna uma concepção da profissão dentro de um contexto social e político, que lhe confere o selo da identidade naquele momento histórico.” E mais: a identidade do psicólogo vai sendo construída também na (...) “sua participação nas perguntas fundamentais do mundo moderno, sobretudo através do seu engajamento em propostas concretas de uma visão aberta do mundo voltada para o social e o político.”

¹² O mundo vive constantes mudanças. A cada dia, torna-se mais difícil acompanhá-las, sobretudo devido à rapidez com que acontecem e à impossibilidade de se ter uma idéia da totalidade de significações que estas mudanças representam. Abre-se, portanto, um desafio à psicologia como ciência que estuda e interpreta o comportamento humano, sujeito, ele mesmo, à complexidade de contínuas e profundas transformações.”. (Idem)

¹³ Lembremos de que o ser humano não é apenas uma Unidade isolada, mas um subsistema de um grande sistema. (Idem)

catalogações (“o normal”, “o patológico”), nem vitimize. Reformular objetivos e evitar processos de submissão do indivíduo ao meio são alguns dos propósitos que se pode extrair das “orientações” de dignidade, integridade, e promoção do bem-estar do indivíduo e da sociedade consignados em nosso código de Ética.

Foi com essa proposta que pedimos permissão para participar e trabalhar com o Grupo ECO. Antes que nossa pesquisa se iniciasse, na primeira conversa com o coordenador do Grupo ficou francamente acordado que o “ECO precisava ser revitalizado” (Silva, 2001). Revitalizamo-nos todos. Foi um feliz encontro!

Potencializar os próprios recursos trazidos por cada um dos que integravam o grupo era a nossa perspectiva.

Nós, os especialistas, enganamo-nos ao acreditar que estamos na retaguarda (ou na vanguarda) dos últimos lançamentos em termos de racionalidade. Nós aprendemos através do outro. Não temos a *propriedade* de um saber miraculoso, mas podemos (e devemos) incentivar o resgate das possibilidades – potencialidade – de ser do outro e da nossa própria autoria, conjugando os conceitos científicos que adquirimos privilegiadamente com a *apropriação* criativa dos conceitos cotidianos que surgem na interação social, como fruto de nosso “*caso de amor com o mundo*” (Kohut, 1978).